FOLHA DO ABC

Publicado em 10/02/2024 - 08:10

## Municípios do ABC ainda não têm leis adequadas ao 5G

# Municípios do ABC ainda não têm leis adequadas ao 5G

### Em algumas cidades da região, legislação está atualizada, mas não adere à Lei Geral de Antenas

A tecnologia 5G estreou no País em 5 de julho de 2022. Cerca de um ano e meio depois, já está presente em mais de 3 mil municípios, atingindo aproximadamente 140 milhões de brasileiros.

Porém, ainda há grandes entraves que impedem ainda mais expansão do sinal 5G no Brasil como falta de legislação atualizada e de infraestrutura que emperram a instalação de novas antenas.

O Brasil terminou 2023 com apenas 10% dos municípios com leis de antenas atualizadas, sendo que apenas 7,16% têm leis de aderentes à Lei Geral de Antenas (LGA) com processos de licenciamento adequados ao avanço do 5G.

Na região do ABC, apesar da maioria dos municípios já terem leis atualizadas, em alguns casos, não são compatíveis à Lei Geral de Antenas. É o caso de São Caetano, Mauá e Ribeirão Pires. Os dados são do levantamento elaborado pela Conexis Brasil Digital, com base em dados do Conecte 5G - projeto das operadoras de telecom com o objetivo de divulgar informações e ampliar o conhecimento sobre o 5G pelo Brasil.

A entidade informou que São Caetano, Mauá e Ribeirão Pires não incluíram nas leis municipais parte das diretrizes federais e recomendações da Anatel que visam o bom funcionamento dos sistemas de telecomunicações no País.

Nenhum deles incluiu em sua legislação local o prazo máximo de 60 dias para que a Prefeitura autorize a instalação da infraestrutura de suporte; a dispensa do licenciamento para infraestrutura de pequeno porte; ou o procedimento simplificado. De forma geral, esses municípios possuem processos de licenciamento que são demorados e burocráticos, que impactam nas obras de expansão da rede e implantação do 5G.

De acordo com a Conexis, Santo André e São Bernardo são os únicos da região com leis atualizadas e aderentes à Lei Geral de Antenas. Em Diadema e Rio Grande da Serra, as Leis não estão atualizadas.

Segundo a entidade, a existência de leis municipais que facilitem a instalação de antenas, com regras claras e licenciamento ágil, atrai mais investimentos, ao oferecer mais segurança jurídica para as operadoras. Diferente das tecnologias 3G e 4G, o sinal 5G não exige a instalação de torres, uma vez que as antenas podem ser instaladas no topo de prédios e interferindo pouco na paisagem urbana.

Porém, a Conexis Brasil informa que a demora na instalação reduz o potencial da tecnologia, porque a digitalização da economia exigirá mais antenas que a rede atual.

Nos municípios que não adequaram a legislação, as operadoras enfrentam problemas para instalar as infraestruturas necessárias e, de acordo com as empresas de telecomunicações, é preciso ter de cinco a dez vezes mais torres 5G para cobrir o mesmo território e são os municípios que determinam onde as torres podem ser instaladas.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Folha do ABC - São Bernardo do Campo/SP

**Seção:** São Caetano **Pagina:** 3

Copyright © Clipclap 2025.